

Recebido em: 29-08-2023

Aceito em: 18-01-2024

A presença da literatura antirracista nos acervos das bibliotecas escolares: um estudo de caso

Anna Vitória Macêdo dos Santos¹
Elisabete Gonçalves de Souza²

Resumo: O trabalho tem como objetivo discutir o papel da biblioteca escolar no combate ao racismo e responder como estas duas instituições (escola e biblioteca) podem atuar em conjunto na promoção de uma educação antirracista. Pergunta-se: como a biblioteca escolar pode ajudar a escola na promoção de uma educação antirracista? Seu acervo contribui para fomentar essa discussão? Metodologia: por meio de estudo de caso analisa o catálogo de duas bibliotecas de uma instituição pública de educação básica localizada na cidade de Niterói, RJ. O estudo busca identificar a presença da literatura infantojuvenil com adesão às temáticas antirracistas utilizando como parâmetro a lista de 33 livros indicada pela Fundação Tide Setubal. Verifica se os termos racismo, racismo na escola, preconceito racial, discriminação racial e ancestralidade são usados no processo indexação. Conclui que há poucos títulos e exemplares de livros abordando a temática, o que expressa sua baixa representatividade nestes acervos, isso incluiu a literatura afrocentrada, obras criadas por autores negros e que relatam a experiência, a cultura e a história dos povos africanos e afrodescendentes.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; educação antirracista; literatura infantojuvenil; literatura antirracista; Catálogo.

1 INTRODUÇÃO

O artigo relata pesquisa acadêmica sobre a presença da literatura antirracista nos acervos de bibliotecas escolares. Delimitou-se como campo empírico duas bibliotecas de uma mesma instituição pública de ensino: a primeira voltada para o pré-escolar (crianças com idades entre 3 e 6 anos) e a segunda para o ensino fundamental (crianças com idades entre 6 e 14 anos). Além disso, pesquisou-se em seus catálogos os termos: racismo, discriminação étnico-racial, preconceito racial, ancestralidade e racismo na escola, para verificar se existem livros sobre esses assuntos, com a intenção de validar o acervo como ferramenta de luta contra a discriminação racial na escola.

Segundo Cerqueira e Moura (2013), o racismo incide sobre o número de homicídios de negros, afeta a demanda por trabalho de negros para postos mais qualificados, ou afasta as oportunidades de crescimento profissional. “Em última instância, o racismo reforçou, ao longo do

¹ Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense. Email: annavitoria@id.uff.br

² Professora dos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, linha informação, cultura e sociedade.

tempo, o baixo status socioeconômico daquelas populações que foram largadas à sua própria sorte após a Abolição” (Cerqueira e Moura, 2013, p. 5).

Indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que pessoas negras são “duplamente [discriminadas] no Brasil, por sua situação socioeconômica e por sua cor de pele. Tais discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros vis-à-vis o resto da população” (IPEA *apud*. Cerqueira; Moura, 2013, p. 13).

A desigualdade social proveniente da escravidão dos povos africanos permanece atualmente e está em todos os espaços da nossa sociedade, portanto, na escola não é diferente. “A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora” (Gomes, 1996, p. 69). Para se ter uma dimensão do problema, até o século XIX o acesso à educação não era para todos. O Art. 3º da Lei nº 1 de 1837, Parágrafo 2º proibia que “Os escravos e os pretos africanos, ainda que livres ou libertos” frequentassem as escolas (Brasil, 1837 *apud* Asphe, 2012, p. 199).

Segundo Cury (2008) no período republicano houve várias tentativas legais e pressões sociais pela afirmação nacional da obrigatoriedade, gratuidade e universalidade da educação pública para todos, como um direito constitucional, mas não logrou sucesso. Nem mesmo na Revisão Constitucional de 1925/26, em que havia emenda nesse sentido a temática foi acatada pelos legisladores.

A educação como direito e obrigação dos poderes públicos em prestá-la, “no ensino primário, gratuita e obrigatoriamente nas escolas oficiais para todos, somente aparecerá como dispositivo legal na Constituição de 1934” (Cury, 2008, p. 213), ou seja, menos de noventa anos. Isso nos mostra o quanto as classes populares, constituídas em sua maioria por pessoas negras, ficaram fora da escola.

Para que a discriminação racial deixe de ser apenas um reflexo da estrutura social é necessário que toda a sociedade entenda a importância de romper com um modelo cultural que ainda naturaliza esse tipo de prática social. Isso inclui a formação de professores capacitados no ensino das relações étnico-raciais, seleção de livros didáticos e paradidáticos que retratem o continente africano, que valorize a ancestralidade do povo negro, sua cultura e saberes como parte

da formação do povo brasileiro. Daí a importância de termos professores e bibliotecários com uma participação ativa no ensino antirracista.

Essas perspectivas vão ao encontro das determinações legais expressas no Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que dispõe que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 1996, p. 4). A discussão avança em 2003 com a Lei nº 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira dentro das disciplinas que fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio (Brasil, 2003); em 2008 a Lei nº 11.645/08 altera a Lei nº 9.394/1996 e passa a estabelecer que as diretrizes e bases da educação nacional devem incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Brasil, 2008, p. 1). Em 2010 o Congresso Nacional instituiu o Estatuto da Igualdade Racial cujo Art. 1º reforça a necessidade de garantimos à população negra “[...] a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2010, p. 13).

Para construir uma consciência de igualdade racial, além da questão política, materializada pelos avanços legais acima mencionados, é necessário discutir a questão racial com as crianças desde os primeiros anos, iniciando na educação infantil. Nesta fase escolar, cabe ao professor trabalhar com a percepção da criança negra sobre si e o desenvolvimento de sua identidade. Para isso deve mostrar exemplos de figuras negras para que ela se sinta representada de forma positiva e perceba que suas características físicas são traços de sua ancestralidade, e que estes revelam sua identidade (Alves, 2020; Rodrigues, 2022).

A invisibilidade dos negros nos livros didáticos e de literatura afeta a construção da identidade e da autoestima de uma criança negra. Pesquisas recentes (Gomes, 2016, 2018; Fontes, 2019), apontam a pouca aproximação da biblioteconomia brasileira com as questões sociais, especificamente com temas como a diversidade étnica e cultural. Aspecto que não se coaduna com as Diretrizes para Biblioteca Escolar da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a Biblioteca Escolar (IFLA/UNESCO 2015), que estimulam um mundo de inclusão, igualdade e oportunidades iguais. Nesse documento há orientações com vista ao

desenvolvimento de coleções aderentes aos currículos das escolas e que valorizem as identidades nacionais, étnicas e culturais dos membros da comunidade escolar. (Ifla/Unesco, 2015).

No que toca à biblioteca escolar (BE), esta possui uma função educativa, mas sua ação não se reduz ao apoio à aprendizagem e às atividades curriculares, ela se estende à formação para cidadania³. A valorização da diversidade étnico-racial deve refletir no seu saber-fazer, na prática do bibliotecário, no acervo e nas atividades culturais e educativas que promove. Portanto, cabe ao bibliotecário, no desenvolvimento da coleção, fazer uma seleção de acervo que seja representativa de forma positiva para os alunos negros, que mostre o valor das culturas africana e afro-brasileira, ajudando a escola na construção de um projeto de educação antirracista. Dado isto, pergunta-se: como a BE pode ajudar a escola a atuar na promoção de uma educação antirracista? Seu acervo contribui para fomentar essa discussão?

Nesta pesquisa, destaca-se o papel da BE na organização de acervos com ênfase na seleção de livros de literatura infantojuvenil que promovam o combate à percepção elitista, preconceituosa, racista e eurocêntrica que, infelizmente, ainda existe no Brasil. Segundo Alves (2020, p. 30) o paradigma afrocentrado surge em resposta “[...] ao esfacelamento da cultura africana pelo pensamento eurocêntrico que tende a relegar a segundo plano tudo que não tenha surgido no âmbito da sociedade europeia”. A literatura afrocentrada refere-se a obras literárias que têm como foco principal a experiência, a cultura e a história dos povos africanos e afrodescendentes. É uma abordagem literária que busca destacar e valorizar as vozes e as contribuições dessas comunidades, muitas vezes marginalizadas ou negligenciadas na literatura nacional (Rodrigues, 2022). Busca também promover a representatividade e inclusão de perspectivas socioculturais africanas e afrodescendentes na literatura, além de contrapor estereótipos e narrativas dominantes que perpetuam visões distorcidas ou incompletas sobre a experiência negra. Nessas obras é comum encontrarmos temas como a diáspora⁴ africana, a escravidão, a luta por direitos civis, a identidade cultural, a ancestralidade, as tradições e a resiliência da comunidade negra.

³ Ferrarezi e Romão (2013) em estudo sobre os sentidos da biblioteca escolar nos discursos da biblioteconomia ressalta a visão minimalista que são atribuídas a suas funções, na maioria das vezes limitadas ao apoio à aprendizagem, a promoção de livros “[...] como se ele fosse o fim, e não o início de práticas que coloquem o acervo em movimento, de forma mais crítica e criativa, que gerem realmente a oportunidade de exposição de “diferentes ideias, opiniões e experiências” (BRASIL, 2009a, p. 2). Limita-se, assim, o escopo de ação da biblioteca escolar, desconsiderando as várias outras funções e atividades que poderiam ser nela desempenhadas

⁴ O termo *diáspora* significa dispersão e refere-se ao deslocamento, forçado ou não, de um povo pelo mundo.

A pesquisa justifica-se no sentido que propõe mostrar de que forma a biblioteca escolar por meio de seu acervo pode promover uma educação antirracista. Santos, Oliveira e Ruas (2022) observaram que o negro nas narrativas literárias ainda ocupa um lugar subalterno. Daí a importância de trazer para os acervos uma literatura que promova a discussão da diversidade étnico-racial; que narre para as crianças histórias em que personagens negros são protagonistas, contribuindo assim para sua autoestima e valorização da identidade, e também ressaltando a diversidade da sociedade brasileira, um traço que a faz singular, pois o Brasil é o país, fora do continente africano, com a maior população negra do mundo.

Mas, infelizmente, conforme relata Bento (2002), a escola brasileira ainda traz as marcas do racismo que atravessa nossa estrutura social e que afeta toda a sociedade que, em geral, desqualifica o sentimento de não pertencimento do povo preto e ainda compartilha “[...] a construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial [e] culpa-o pela discriminação que sofre, e por fim, justifica as desigualdades raciais. (Bento, 2002, p.1). Dessa forma, é necessário que exista nas instituições de ensino e em suas bibliotecas livros que abordem essas questões para que professores e bibliotecários possam usá-los para desconstruir práticas racistas que persistem e que ainda são naturalizadas no cotidiano escolar. Cabe a esses profissionais educar seus alunos a não serem coniventes e omissos quando ocorrer qualquer ação preconceituosa em sala de aula e/ou biblioteca.

Este é mais um motivo que justifica a produção deste trabalho: a necessidade e a urgência da utilização da literatura antirracista na educação, para que por meio das narrativas e experiências vivenciadas pelas personagens negras o bibliotecário e/ou o professor possam tocar nestes temas, ainda sensíveis em nossa sociedade, mas que urgem debate e reflexão.

Nessa direção, foram traçados os seguintes objetivos: analisar a importância da literatura infantojuvenil como recurso para a promoção de uma educação antirracista, discutir os papéis da escola e da biblioteca escolar na promoção de uma educação antirracista, verificar se há livros abordando a temática do racismo nas bibliotecas da instituição de ensino investigada e identificar se nesses acervos existem livros que tratam de temas como racismo, discriminação racial, identidade étnico-racial etc.

2 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, trata-se de pesquisa qualitativa do tipo exploratória, pautada em levantamento bibliográfico e estudo de caso. A pesquisa exploratória tem como objetivo obter familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito, sendo realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado (Gil, 2007, p. 27) em uma determinada área de conhecimento. O estudo de caso, por sua vez, permite “o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real” (Gil, 2002, p. 54), principalmente quando o limite entre fenômeno e contexto não está bem estabelecido. No caso da pesquisa relatada, o fenômeno social “racismo” é discutido na perspectiva da biblioteca escolar, de modo a averiguar como o assunto é representado nos acervos investigados. Para tanto, realizou-se os seguintes procedimentos:

Primeira etapa: pesquisa bibliográfica para entender o que tem sido produzido sobre racismo na escola e a atuação da biblioteca nesse contexto. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Nesta etapa foram realizadas pesquisas nas bases de dados BRAPCI⁵ e SCiELO⁶ com os termos racismo; discriminação racial; preconceito racial. literatura afrocentrada; ancestralidade; educação antirracista e racismo na escola. Os artigos levantados foram usados para construir o referencial teórico do trabalho e para fundamentar as análises e resultados.

Segunda etapa: consistiu no levantamento de uma lista de 33 títulos de livros de literatura infantojuvenil da Fundação Tide Setubal com foco nos temas racismo, discriminação racial, identidade étnico-racial, indicados por especialista (escritores negros, professores e bibliotecários) como adequados para se trabalhar, em nossas escolas, na perspectiva de uma educação antirracista.

Terceira etapa: estudo de caso, sendo objeto de análise os acervos de duas bibliotecas de uma mesma instituição pública de ensino situada na cidade de Niterói/RJ, cujos catálogos estão disponíveis na internet. O fato de ter catálogos remotos de livre acesso ao público externo foi o motivo que nos levou a escolher a instituição como campo de investigação. A proposta inicial era fazer um levantamento de livros sobre o assunto junto à Fundação Nacional do Livro Infantil e

⁵ BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação.

⁶ SCiELO - Scientific Electronic Library Online.

Infantojuvenil, mas o catálogo da instituição não se encontrava disponível para consulta. Daí a opção pela lista da Fundação Tide Setubal.

A Fundação é uma Organização não governamental (ONG) voltada para ações de educação nas periferias da cidade de São Paulo. No site da entidade encontramos artigos da pesquisadora Neide de Almeida sobre letramento racial, os quais usamos nesta pesquisa. Foi o engajamento da Fundação com a temática que nos levou a selecionar sua lista como objeto empírico desta investigação.

3. BIBLIOTECA ESCOLAR: O ACERVO E O CATÁLOGO

A biblioteca escolar é um ambiente que possibilita a continuidade do aprendizado iniciado em sala de aula, mas sua ação não se restringe ao apoio pedagógico, devendo atuar em prol da educação continuada, do estímulo à criatividade, comunicação e cultura, “oferecendo o acesso a diversos recursos que estimulem a polissemia [...]” das narrativas (Ferrarezi; Romão, 2013, p. 9). Significa dizer que a escola não deve se restringir aos programas dos professores, mas ir além: que seu acervo evoque de maneira mais ampla e polissêmica as temáticas curriculares. Em linhas gerais essas questões estão expressas nos documentos internacionais que parametrizam a ação das BE, como o O Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a Biblioteca Escolar para a Biblioteca Escolar, que define a instituição, seus serviços, missão e objetivos. Quanto à missão, ressalta que um dos objetivos que a BE deve cumprir para atender o seu propósito é “organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade” (IFLA;UNESCO, 1999, p. 3). Sobre o perfil do profissional, define o bibliotecário escolar como pessoa “responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar [que] apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalha em conjunto com todos os membros da comunidade escolar [...]” (IFLA;UNESCO, 1999, p. 1)

Sobre a relação da BE com a pesquisa escolar, ressaltamos que ela deve se preocupar em ajudar o discente a aprender a pensar, encorajá-lo a ser criativo e buscar de forma autônoma as respostas para seus questionamentos. Esse processo é definido como letramento informacional e designa o estado que adquire um indivíduo ou grupo social que sabe encontrar, selecionar, analisar

e interpretar a informação de forma autônoma apropriando-se dela para produzir conhecimento e usá-lo de forma ética e responsável.

Segundo as Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares (2016, p. 19) a biblioteca escolar é “um espaço de aprendizagem físico e digital onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos, [...] para o seu crescimento pessoal, social e cultural”. Significa dizer que os acervos das bibliotecas escolares precisam possuir materiais variados, que representem as necessidades e interesses de seus/suas usuários(as), e que expressem o conhecimento humano em sua diversidade (Fontes, 2019). No entanto, tanto as bibliotecas como o sistema escolar não são instituições neutras, pelo contrário, refletem a relações sociais e de classe que emolduram a sociedade brasileira, onde historicamente predomina os interesses e a ideologia das classes dominantes (Freire, 2001).

Nessa direção, entendemos as bibliotecas escolares como espaços de disseminação de conhecimento e de práticas de leitura, atuando na escola como um lugar de aprendizado, de apoio aos currículos e de estímulo à busca autônoma por informações que auxiliem nas respostas às questões de estudos e na tomada de decisões, tendo como objetivo a emancipação humana.

Dentre os recursos utilizados para fazer a mediação entre o acervo e o público estão os catálogos. Eles são os principais instrumentos de recuperação da informação em bibliotecas, por meio deles que tomamos conhecimento da composição do acervo. Dadas estas características, Mey (1995, p. 9) define o catálogo como canal de comunicação estruturado, “[...] que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-se sob forma codificada e organizada, por semelhanças, aos usuários desse (s) acervos (s)”.

Nos catálogos impressos a consulta é feita nas fichas catalográficas, cujos pontos de acesso podem ser o autor, o título e/ou o assunto. Os pontos de acesso de assunto são “descritores que vão representar o conteúdo dos documentos e permitir que apareçam como produto de uma busca” (Sousa; Fujita, 2012, p. 62). O avanço tecnológico e a criação da internet proporcionaram que os catálogos em ficha fossem convertidos para o meio eletrônico, possibilitando seu acesso de forma remota. Antes de catalogar um documento, para que posteriormente seja localizado através do catálogo, o bibliotecário precisa fazer uma análise do conteúdo, o que significa analisar o assunto, a abordagem e o contexto de produção da obra etc. A partir daí, determinar os descritores, ou palavras-chave. A indexação é a representação do conteúdo da obra por meio de descritores, sua

realização envolve um conjunto de procedimentos (leitura, identificação dos conceitos e sua tradução usando as linguagens documentárias), além de normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura institucional e da comunidade discursiva para a qual o catálogo foi projetado. No processo de indexação, o vocabulário controlado é o instrumento usado para controle dos termos utilizados, ou seja, é uma estrutura construída para representar conceitos atribuídos aos documentos. Pode-se dizer que funciona como “sistema semântico” sendo utilizado para a organização e recuperação de informação, capaz de compreender o escopo de um determinado domínio (Cruz; Ferneda; Fujita, 2022).

Atendo-nos ao relato de um estudo de caso, busca-se, na próxima seção, identificar como livros de leitura literária para crianças que abordam temáticas antirracistas são representados no catálogo de duas bibliotecas escolares investigadas.

3.1 A QUESTÃO RACIAL NA LITERATURA E NA BIBLIOTECA: UM OLHAR SOBRE OS CATÁLOGOS

Nesta seção analisa-se a presença da literatura infantojuvenil, com aderência às temáticas antirracista nos acervos de duas bibliotecas de uma mesma instituição de ensino de educação básica localizada na cidade de Niterói, RJ. Para garantir a privacidade da instituição, denominamos suas bibliotecas de BA1 (voltada para o público da pré-escolar, com idades entre 3 e 6 anos) e BA2 (voltada para o público do ensino fundamental, com idades entre 6 e 14 anos). Ambas têm como objetivo incentivar a prática da leitura, oferecer apoio à aprendizagem e dar suporte didático aos professores no desenvolvimento de seus conteúdos curriculares. Consultando os sites de cada biblioteca, observa-se que as elas vêm realizando atividades em prol de uma educação antirracista como a “Oficina Autoria negra na biblioteca infantil”, que tem como principal objetivo difundir entre as crianças obras literárias escritas por escritores e escritoras negras.

No texto da apresentação da Oficina ressalta-se a importância das bibliotecas escolares enquanto espaços democráticos e de produção cultural, sendo muitas vezes o primeiro (e o único) lugar em que as crianças das classes populares têm contato com livros e outros materiais bibliográficos. “Portanto, é de vital importância que esse espaço espelhe a diversidade existente no mundo e que possa romper com imaginários racistas, estereótipos e padrões impostos por uma sociedade que não reconhece as diferenças e se beneficia com a desigualdade” (Oficina, 2022,

online). Mais adiante, traz uma citação da professora organizadora que diz: “Entendemos a literatura também como lugar de construção e afirmação de identidades” Avançando em sua reflexão destaca que “[...] o contato com obras que partem do lugar de fala de pessoas negras evidencia vozes que foram silenciadas e corpos que foram apagados ou colocados em lugar de inferioridade na nossa história”. Por último, pontua que a Oficina é um projeto que visa também atender a Lei 10.639/2003 que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nas escolas (Oficina, 2022).

Para a organização do acervo, a instituição utiliza o sistema Pergamum. A pesquisa para conferir a presença dos 33 livros foi feita consultando as opções de busca “autor” e “título”. Acionando o filtro “biblioteca”, selecionou-se as bibliotecas, aqui identificadas como BA1 e BA2, assim diminuimos a quantidade de resultados que não fossem relevantes com o objetivo de aferir se havia exemplares dos livros infantojuvenis indicados pela Fundação Tide Setubal nesses acervos. O resultado está expresso no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Livros indicados pela Fundação Tide Setubal nas bibliotecas investigadas.

TÍTULOS	AUTORES	EXEMPLARES/ BIBLIOTECAS	TERMOS DE INDEXAÇÃO
Martin e Rosa	Raphaëlle ZauFrier	não possui	
O mundo no black power de Tayó	Kiusam de Oliveira	(1 – BA1)	Afro-americano; Aspecto político; Literatura infantojuvenil; Negra; Bullying; Poder negro; aspecto histórico.
Menina bonita do laço de fita	Ana Maria Machado	(2 – BA1) (1 – BA2)	Literatura infantil; Beleza física (Estética); Diferença individual
Obax	André Neves	(1 – BA1) (1 – BA2)	Cultura brasileira; Influência africana; Cultura afro-brasileira; Literatura infantojuvenil; Negro; Identidade étnica; Desenho animado
O livro das origens	José Arrabal	não possui	
Bruna e a galinha d’Angola	Gercilga de Almeida	não possui	
A História do Rei Galanga	Geranilde Costa	não possui	

Ifá, o Adivinho	Reginaldo Prandi	não possui	
Minha mãe é negra sim!	Patrícia Santana	não possui	
Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!	Lucimar Rosa Dias	não possui	
Omo-Oba-Histórias de Princesas	Kiusam de Oliveira	(1 – BA1)	Literatura infantil; Cultura afro-brasileira; Identidade cultural.
O menino marrom	Ziraldo	não possui	
O mar que banha a ilha de Goré	Kiusam de Oliveira	não possui	
Zumbi Assombra quem?	Allan de Rosa	não possui	
O cabelo de Cora	Ana Zarco Câmara	(1 – BA1)	Literatura infantojuvenil; preconceito; Racismo; Cabelo; Poder negro; Criança; Bullying; Amizade; Poesia.
Gente de cor. Cor de gente	Mauricio Negro	não possui	
Que cor é a minha cor?	Martha Rodrigues	não possui	
Meu crespo é de rainha	Bell Hooks	(1 – BA1)	Literatura infantojuvenil americana; Cabelo; Identidade; Autoimagem
Amoras	Emicida	não possui	
A cor da vida	Semíramis Paterno	não possui	
Histórias da Preta	Heloisa Pires Lima	(1 – BA1)	Negro; Cultura africana; Candomblé; Literatura infantojuvenil
Aimó	Reginaldo Prandi	não possui	
O homem frondoso e outras histórias	Claude Blum	não possui	
Anansi - o velho sábio	Jean-Claude Götting	não possui	
Nyama	Christiane Lavaquerie-Klein e Laurence Paix-Rusterholtz	(1 – BA1)	Arte africana; Povo africano; Costumes sociais
Betina	Nilma Lino Gomes	(1 – BA2)	Literatura infantojuvenil brasileira

Iori – Descubra o Sol, o Sol Descubra Iori	Oswaldo Faustino	não possui	
Flávia e o bolo de chocolate	Miriam Leitão	não possui	
Abecê da liberdade, a história de Luiz Gama, o menino que quebrou correntes com palavras	José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta	não possui	
A cor da ternura	Geni Guimarães	não possui	
Contos Piraporianos	Janine Rodrigues	não possui	
Nuang - caminhos da liberdade	Janine Rodrigues	não possui	
Kuami	Cidinha da Silva	não possui	

Fonte: os autores (2023).

Os títulos com maior presença (3 exemplares) nos acervos são: *Menina bonita do laço de fita*, de autoria de Ana Maria Machado e *Obax* de autoria de André Neves. Nota-se que a maioria dos livros tem apenas 1 exemplar, o que nos parece muito pouco para dar subsídios aos professores que queiram usar a literatura para discutir temas como racismo, identidade étnico-racial etc. em suas aulas. Eles foram indexados, em sua maioria, com o descritor “Literatura infantojuvenil”. No entanto, nota-se uma preocupação em destacar a importância da cultura afro-brasileira e da ancestralidade do povo negro e sua relação com a cultura africana (religião, costumes, arte etc.). A questão da identidade étnico-racial aparece por meio de termos como “cabelo”, “beleza física”, “negros”, “identidade étnico-cultural”, etc.

Sobre essas reflexões corrobora Eliane Fioravante (2021). A autora pontua que as BE precisam assumir uma postura no combate ao racismo e ter uma participação ativa, levando a pauta e as discussões étnico-raciais para o seu espaço; amparar os discentes com acervo, serviços, e atividades que potencializem a leitura e a escrita sobre o tema colocando-se à disposição da comunidade escolar para junto com os professores e outros profissionais mediar ações de letramento racial.

Segundo Rodrigues (2022) não se nasce preto, mas se descobre preto a partir das vivências e experiências. À medida que se torna negro, descobre-se que sua identidade e autoestima foram silenciadas. “Por esta razão é primordial que as crianças pretas tenham contato, principalmente com uma literatura que as represente de forma positiva e evidencie a beleza da cultura, da ancestralidade,

das tradições, da cor e do quanto são capazes de tudo” (Rodrigues, 2022, p. 41), principalmente quando se trata de uma sociedade de base escravocrata que teve “[...] a cultura europeia como referência e as demais sendo representadas como inferiores, subalternas e muitas vezes com aspectos folclorizados” (Fontes, 2019, p. 34).

Paulo Freire (2001) menciona que temos que compreender a leitura do mundo e a leitura da palavra. As bibliotecas são fundamentais para que a dialética (leitura do mundo e da palavra) de fato aconteça, pois elas são as responsáveis por reunir as várias expressões da palavra escrita. Segundo Fontes (2019) cabe aos educadores(as), entre eles os bibliotecários(as), estimularem o desenvolvimento de atividades educativas, tornando a biblioteca um espaço de reflexão e crítica “[...] em oposição a compreensão ingênua, ressaltando que é preciso que o povo se reconheça como sujeito do conhecimento de si mesmo, sabendo de sua própria história, sendo sujeito do processo e não simples objetos de estudos” (Fontes, 2019, p. 46). Dessa forma, entende-se que a biblioteca escolar precisa ser significativa para a comunidade escolar proporcionando-lhe informações e conhecimentos que desnaturalizem preconceitos, como o racial, e que firme identidades que respeitem a diversidade.

No que diz respeito à indexação, notou-se que o termo “Racismo” aparece associado a outros temas correlatos que abordam a questão com maior especificidade, mas ainda têm baixa incidência como “Racismo na escola”, “Identidade étnico-racial” e “Ancestralidade”. Isso leva-nos a fazer três inferências: 1) que no uso dos instrumentos de indexação (tesauros e vocabulários controlados) se tem optado em abordar o assunto de forma geral sem a profundidade que ele merece; 2) os bibliotecários ainda desconhecem a importância da literatura afrocentrada, por isso não exploram a riqueza de suas abordagens quando representam seus conteúdos; 3) há bibliotecários que procuram indexar os livros de literatura infantojuvenil de forma contextualizada partir das abordagens feitas pelas crianças.

Sobre a terceira inferência encontramos alguns indícios: indexação de livros de ficção com termos que se aproximam da forma como as crianças perguntam sobre um assunto. Vimos isso na BA1 (público pré-escolar), quando na lista (Quadro 1, coluna 4) encontramos termos como “cabelo”, pois as crianças podem pedir livros que falem sobre penteados, tranças, cabelo crespo e cacheado, por exemplo.

Observou-se que o termo geral “literatura infantojuvenil” foi predominante na indexação de obras de ficção para crianças. No entanto, ao lado desses, outros termos foram empregados, tais como Cabelo; Identidade; Autoimagem (Quadro 1, linha 18, coluna 4). Nestes casos optou-se por expressões mais coloquiais, pois as crianças da pré-escola estão inseridas num ambiente que requer ludicidade

Além de analisar a presença de temas envolvendo a questão racial em obras de literatura infantojuvenil, a pesquisa também se voltou para verificar (Cf. Quadro 2) se os termos Racismo; Racismo na Escola; Preconceito Racial Discriminação Racial e Ancestralidade são usados no processo de indexação de outras obras (não literárias), como livros didáticos e paradidáticos. Nessa parte, a pesquisa não se preocupou se os livros são de literatura ou não, a intenção era identificar se a temática do racismo já se expressa, em termos conceituais, na indexação dos acervos das bibliotecas escolares investigadas. Os termos elencados fazem parte do escopo de descritores usados na fase exploratória da pesquisa, quando realizamos levantamentos nas bases BRAPCI e SCiELO.

Quadro 2 – Termos relacionados à questão racial em obras gerais (não literárias).

TERMOS DE BUSCA	BA1	BA2	TOTAL/TITULOS
Racismo	6	2	8
Racismo na Escola	2	0	2
Preconceito Racial	5	2	7
Discriminação Racial	2	0	2
Ancestralidade	3	0	3
Total de ocorrências	18	4	22

Fonte: os autores (2023).

Nas bibliotecas investigadas encontramos 22 ocorrências (Quadro 2) de obras não-literárias sobre racismo e/ou abordando temas associados à questão étnico-racial. O acervo da BA1, voltado para as crianças da educação infantil, possui mais itens indexados sobre essas temáticas (18 ocorrências) do que a BA2, que atende aos alunos do ensino fundamental, onde encontramos apenas 4 ocorrências. Apesar da larga diferença entre as duas bibliotecas, de um modo geral o número de

títulos ainda é pequeno. Isso leva-nos a questionar: por que há uma baixa ocorrência de obras gerais (não literárias) sobre “racismo” nestas bibliotecas?

A mesma indagação ocorreu quando analisamos as obras de ficção (Quadro 1). Apesar de os alunos do fundamental (crianças de 11 a 14 anos) serem mais maduros para ter contato com o tema, nota-se que a produção editorial de livros para essa faixa etária é menor, conforme observamos quando comparamos a lista da Fundação Tide Setubal com os acervos dessas bibliotecas. Para esse público, encontramos (Cf. Quadro 1) apenas a obra “Betina”, de autoria de Nilma Lino Gomes⁷, que pode ser definida como literatura afrocentrada. Na obra a personagem principal, Betina, é uma menina negra que ama as tranças que sua avó faz em seus cabelos. Seu penteado diferente não agrada a todos. Mas a menina adora seus penteados e quer aprender com a avó a fazer tranças. O livro aborda temas com ancestralidade e autoestima, mas foi indexado pela biblioteca BA2 com o termo geral: literatura infantojuvenil. Como destaca Almeida (2017a), as identidades raciais são aprendidas. Ter domínio de um vocabulário racial facilita a discussão sobre racismo, antirracismo e identidade étnico-racial; ajuda-nos a interpretar “os códigos e práticas racializadas e analisar as formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade” (Almeida, 2017a, p.1).

Como vimos, no Quadro 1 as obras com maior recorrência nos catálogos das bibliotecas (aquelas com 2 e 3 exemplares) são de autores brancos: Menina Bonita do Laço de Fita, de autoria de Ana Maria Machado, ilustrações de Claudius e Obax, autoria e ilustrações André Neves. Como ressaltam Tanus e Souza (2022, p. 3) pensar a instituição biblioteca na perspectiva antirracista “[...] envolve ir contra a um sistema de dominação hegemônico/eurocêntrico, marcado pelas grandes narrativas ocidentais e de modernização que silenciam e subalternizam o outro”. Daí ser desejável a presença de livros com narrativas sobre as culturas e conhecimentos subalternizados pelo

⁷ Pedagoga brasileira. Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integra o corpo docente permanente da pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social -FAE/UFMG Tornou-se a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em 2013. Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPPIR - (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta Dilma Rousseff. Fonte: Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

pensamento colonial, como a cultura afro-brasileira, de modo a podermos romper com o modelo cultural eurocêntrico que contribuiu para o silenciamento desses textos e autorias.

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No levantamento feito, tendo por referência a lista da Fundação Tide Setubal, os autores das obras mais antigas (publicadas na década de 1980) são Ana Maria Machado e Ziraldo, ambos escritores brancos. Reconhecemos o pioneirismo dos livros “Menina bonita do laço de fita” e “O menino marrom”, mas precisamos dar visibilidade de escritores negros na literatura, aspecto que parece ter sido uma preocupação dos organizadores da lista: dos 33 livros indicados 15 são de autores negros, mas poderia ser mais. Infelizmente não conseguimos saber quais foram os critérios usados para incluir os títulos na lista, apenas a informação de que foi feita por especialista em literatura para criança.

Conforme vimos, as vozes negras enfrentam séculos de silenciamento e o bibliotecário, assim como, os professores devem estar conscientes desse fato, para que no exercício profissional busquem estratégias e ações que vão ao encontro de uma agenda de combate ao racismo, na perspectiva de promover uma educação antirracista. Reforçamos que os bibliotecários responsáveis pela catalogação dos livros nas bibliotecas escolares consultem tesouros e vocabulários controlados especializados que contemplem a área de estudos africanos e afro-brasileiro. Também não podemos deixar de mencionar que o contato com o público no setor de referência é uma forma de conhecer os alunos e de entender o que eles buscam, os assuntos e autores, e de apresentá-los a outros autores e abordagens sobre os temas que estudam. No caso das questões que envolvem o racismo é um bom momento para se iniciar o letramento racial.⁸

Por meio de seu acervo e de ações culturais o bibliotecário escolar pode iniciar o letramento racial. Ou seja: “discutir e analisar signos e símbolos do racismo para desconstruí-los.” (Almeida, 2017b, online). Além disso, um projeto de educação antirracista, não deve se limitar apenas as aulas

⁸ Segundo Almeida (2017b, online) o conceito “letramento racial” vem de “Racial Literacy”, conceito cunhado pela antropóloga afro-americana France Winddance Twine e refere-se a um conjunto de práticas sociais, como: “[...] a compreensão de que o racismo é um problema atual, e não apenas histórico, e que as identidades raciais são aprendidas, A partir disso, é possível aprender um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; interpretar os códigos e práticas racializadas e analisar as formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade”.

de história, uma vez que o tema é transversal a todas as disciplinas. É importante pensar como o currículo está estruturado, nos materiais (livros didáticos, de literatura etc.), na forma como são apresentados na sala de aula, na maneira como estão catalogados e no modo como são tratados pelos professores.

A busca nos catálogos trouxe como resultado um fato que infelizmente já era imaginado quando foi formulado o problema de pesquisa, ao questionarmos se as bibliotecas escolares estão, por meio de seus acervos, abordando a temática do racismo. Apesar de a pesquisa se caracterizar como estudo de caso único, pode-se inferir que a representatividade desta temática ainda é muito baixa nas bibliotecas da instituição investigada. Partindo desse fato, passamos a questionar: em que momento do processo de desenvolvimento das coleções foi tomada a decisão de incluir (ou não incluir) mais livros que sejam representativos para as crianças negras? A política de desenvolvimento de coleções buscou conhecer o perfil da comunidade? A biblioteca está inserida no projeto pedagógico da escola? Há um senso de necessidade e urgência de efetivamente discutir as questões relacionadas ao racismo na escola? Como podemos reverter o diagnóstico atual que indica a escassez de literatura afrocentrada à disposição da comunidade escolar?

Sobre as bibliotecas escolares investigadas, espera-se que em breve seus acervos recebam mais atenção e investimentos, não só na compra de livros, mas também em ações que explorem de forma lúdica (no caso dos leitores pequeno, principalmente), mas com criticidade a temática do racismo e as questões históricas e culturais que circundam esse debate e que está na estrutura de nossa formação social. Por fim, que os bibliotecários busquem formação no que tange à questão étnico-racial, continuamente, para que seja possível executar ações organizadas e eficazes contra o racismo e que as bibliotecas em geral, escolares, públicas etc. possam contribuir significativamente para esse debate. Que os currículos das escolas de Biblioteconomia possam trazer essa temática para a discussão em suas disciplinas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Neide. *É possível deixar de ser racista*. São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2017a. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/e-possivel-deixar-de-ser-racista/> Acesso 2 jul. 2023.

ALMEIDA, Neide de. *Letramento racial: um desafio para todos nós*. Portal Geledés 28 out. 2017b. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/> Acesso: 10 jul. 2023.

ALVES, Ewerton. *Literatura afro-brasileira brasileira: uma análise afrocentrada no conto minha mãe é preta sim!* 2020. 52 f. TCC (Graduação) – Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17948/1/EA25082020.pdf> Acesso: 20 jun. 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

ASPHE, Rhe. Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro - 1837. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 199–205, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29135> Acesso: 11 maio 2023.

BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.288, de 20 de julho de 2010*. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496308/000898128.pdf> Acesso: 05 jul. 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 2 jun. 2023.

BRASIL. *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf Acesso em: 05 jul. 2023

BRASIL. *Lei 11.645, de 10 de março de 2008*. Brasília: Senado Federal, 2008 Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf Acesso em: 05 jul. 2023

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo. *Vidas perdidas e racismo no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. (Nota técnica, n. 10). Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5977/1/NT_n10_vidas.pdf. Acesso 28 jun. 2023. Acesso: 10 jul. 2023.

CRUZ, Maria Carolina Andrade; FERNEDA, Edberto; FUJITA, Mariângela. Spotti Lopes. A disponibilização de vocabulário controlado aos usuários para a recuperação da informação. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, Brasília, v.15, n. 1, p. 267-282, jan./abr. 2022

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 48, p. 207-222, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/PHhyxsVmtHVxX6Hjtn5ZkZp/?lang=pt> Acesso: 13 jul. 2023.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucilia Maria S. Certos sentidos de biblioteca escolar:

efeitos de repetição e deslocamento. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 35-64, jan./abr. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ld/a/nPPmVt8VwPJXyBNX9LDVM5F/?lang=pt> Acesso: 10 jul. 2023.

FONTES, Sandra Regina. *Educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares da rede de ensino de Florianópolis: olhares e percursos*. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:
https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Sandra_Regina_Fontes_15840202631373_1438.pdf Acesso: 1 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 abr. de 2023.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, 2016. Disponível em:
<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216>. Acesso: 01 jul. 2023.

GOMES, Elisângela. O ensino de biblioteconomia e as relações étnico-raciais. In.: SPUDEIT, D. F. A. O. et al. (org.). *Formação e atuação política na Biblioteconomia*. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 319-332. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/213/188>. Acesso em: 29 jun. 2023

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 6/7, p. 67–82, 1996. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862/1983> Acesso: 24 ago. 2022.

IFLA/UNESCO. Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar. Traduzido por: Rede de bibliotecas escolares. 2.ed. Portugal: IFLA, 2016. Disponível em:
<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf> Acesso em: 22 jul. 2022..

MEY, Eliane Serrão Alves. *Introdução à catalogação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

OFICINA Autoria negra na biblioteca infantil. Niterói, Biblioteca Flor de Papel, 2022.

RODRIGUES, Camila de Fátima. *O papel do (a) bibliotecário (a) na construção da identidade e autoestima da criança negra através da representatividade da literatura infantil afrocentrada*. Niterói, 2022. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal Fluminense, 2023.

SANTOS, Nayara Araújo dos; OLIVEIRA, Tuany Karen Ferreira Alves de; RUAS, Thatiane Santos. *Relações Raciais na literatura infantil: possibilidades de representação da cultura afro-brasileira*. VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79952>. Acesso: 21 jun. 2023.

SOUSA, Brisa Pozzi; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Do catálogo impresso ao on-line: algumas considerações e desafios para o bibliotecário. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-75, 2012. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/viewFile/822/pdf_71. Acesso: 20 jun. 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SOUZA, Gustavo Tanus Cesário de. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. *Palavra Clave* (Argentina), v. 12, n. 1a plata, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/207441>. Acesso: 29 jun. 2023.